



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

**ACESSO À
INFORMAÇÃO**

AÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO ACESSO À INFORMAÇÃO JUNTO À COMISSÃO DA VERDADE DA UFBA: RESGATE HISTÓRICO DO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR¹¹⁵

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Jussara Borges
Anne Alves
Gleise Brandão
Keyla Santos
Léia Leão da Silva

Resumo

O intuito deste *paper* é o de apresentar a contribuição de uma intervenção arquivística junto às atas do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Congregação da Escola Politécnica para levantar informações sobre a repercussão do Golpe Militar de 1964 nessas instituições e subsidiar a atuação da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. Esta Comissão, criada no âmbito da Universidade Federal da Bahia em 2013, tem como objetivo recolher os documentos e os depoimentos necessários para contar o que se passou no período da ditadura militar na UFBA, em termos de violações dos direitos humanos e das liberdades individuais. No presente estudo, o foco é a descrição arquivística e a respectiva informação gerada a partir desta para propiciar o acesso à informação. O estudo, de caráter exploratório e descritivo, analisa os dados obtidos numa abordagem sócio-histórica, a fim de possibilitar sua inter-relação com o contexto social no qual estavam inseridos. Como resultados desta pesquisa, as ações dos atores envolvidos foram reconstituídas na busca de uma compreensão dos fatos ocorridos e da atuação da UFBA durante os anos do golpe militar.

Palavras-chave: Acesso à informação. Ditadura Militar. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. Universidade Federal da Bahia.

ARCHIVAL ACTIONS IN ACCESS TO INFORMATION BY THE COMMISSION OF TRUTH AT UFBA: HISTORICAL RESCUE FROM THE PERIOD OF CIVIL MILITARY DICTATORSHIP

Abstract

The purpose of this paper is to present the contribution of an archival intervention according to the proceedings recorded in the minutes of the University Council of the Federal University of Bahia (UFBA) and the Congregation of the Polytechnic School to gather information about the impact of the 1964's military coup in these institutions and subsidize the action of the Milton Santos Commission of Truth and Memory. This Commission, established by the Federal University of Bahia in 2013, aims to collect documents and testimonials that help to tell what happened during the military dictatorship in UFBA in respect of violations of human rights and individual freedoms. In the present study, the focus is on archival description and its information generated from that one to provide access to information. This exploratory and descriptive study analyzes the data obtained in a socio-historical approach, to enable its interrelation with the social context in which they were entered. As a result of this research, the actions of the actors involved were reconstituted in seeking an understanding of the events that occurred and the performance of UFBA during the years of the military coup.

Keywords: Access to information. Military dictatorship. Milton Santos Commission of Truth and Memory. Federal University of Bahia.

¹¹⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Na esteira de um movimento nacional que busca desencobrir o que ocorreu e quem foram os atores envolvidos em diversos eventos em torno do golpe civil-militar e seus desdobramentos, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2013, também constituiu uma comissão da verdade - a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade - que vem levantando documentos e depoimentos com o fim de convergir informações para um relatório nacional. No que tange à análise documental, o trabalho tem contemplado documentos como atas de congregação, ofícios, cartas, memorandos, relatórios e dossiês, dentre outros. Com uma vasta tipologia documental, vários órgãos internos de interesse e um período de análise estendido em cerca de vinte anos, hoje mais de um grupo de estudos está debruçado sobre os documentos. Para quase todos foram convidados arquivistas e bolsistas para contribuírem nas atividades de levantamento e análise documental.

Esta comunicação, em particular, visa relatar o trabalho de dois desses grupos, que analisam as atas do Conselho Universitário da UFBA e da Congregação da Escola Politécnica da UFBA. O objetivo principal é demonstrar que, pautados nas técnicas da Arquivologia contemporânea, os profissionais da área podem dar uma contribuição significativa no acesso à informação até então guardada, mas inacessível, porque não tratada e descrita.

O cenário de análise conceitual envolve necessariamente compreender o contexto de construção democrática brasileira que demanda o acesso à informação, cuja Lei de Acesso à Informação é um símbolo de tal demanda. Neste mesmo contexto, emerge na Arquivologia a abordagem pós-custodial, com o arquivista preocupando-se mais com o acesso à informação e atuando como um agente ativo, próximo do produtor da informação e não somente no fim da cadeia.

Em termos empíricos, a proposta é descrever as técnicas e instrumentos criados e adotados, bem como e principalmente, os produtos gerados em termos de subsídios para a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA.

2 DEMOCRACIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

O desenvolvimento democrático guarda estreita relação entre informação e prática cidadã. É por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres. Cidadãos mais aptos para o uso da informação têm melhores condições para decidir e exercer sua participação política com mais responsabilidade e consciência.

Em concordância com esse posicionamento, Araújo (1999) considera que a construção da cidadania, ou de práticas de cidadania, passa, cada vez mais, pela questão do acesso e uso de informação. Tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão, dependem do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres. Ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e, portanto, com maiores oportunidades para todos os cidadãos.

Nessa linha de raciocínio, Frade (2002) discute o conceito de cidadania à luz das mudanças e exigências do mundo contemporâneo. O conceito de cidadania é mutável desde os primórdios da sociedade organizada, porém nas últimas décadas, essa variação se acelerou. A intensificação e ampliação da globalização da política, da economia, da quebra de fronteiras na disseminação de culturas, a explosão e mercantilização da informação condicionaram o exercício da cidadania plena ao alcance de novos patamares de riqueza, educação e acesso a serviços e produtos.

O direito de acesso à informação é afirmado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo XIX) e entre os Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Brasileira (art. 5º, XIV), mas trata-se de um direito sem possibilidades de exercício entre a maioria da população, incapaz de interpretar e construir sentido. Existe uma grande diferença entre ter um direito e poder exercê-lo. Em se tratando da informação, além do direito de acesso, há que se falar na sua disponibilização em formatos adequados ao usuário e da capacitação desse para construção de significados a partir dela. É função do Estado estabelecer mecanismos que, além da oferta, garantam o acesso pleno à informação para todos.

O acesso às informações produzidas, recebidas e acumuladas pelo Estado é insumo para o exercício da democracia, uma vez que os sujeitos passam a reconhecer e garantir seus direitos individuais e coletivos e a desenvolver-se

enquanto sujeitos ativos e críticos. Nesse sentido, todo cidadão que requerer consultar às informações produzidas ou custodiadas pelas instituições públicas têm esse direito garantido pela Constituição Federal Brasileira e, mais atualmente, pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a "Lei de Acesso à Informação", que regulamenta esse direito.

Segundo consta na Lei nº 12.527, as informações produzidas pelos órgãos públicos devem estar acessíveis a todos os cidadãos. O Art. 3º menciona que o acesso à informação pública passa a ser a regra e o sigilo, a exceção. Dessa maneira, as informações devem ter a máxima divulgação e disseminação, a fim de que o maior número de sujeitos tenha o direito de acesso, mesmo sem solicitação. O sigilo só pode ser justificado em casos em que o acesso à informação possa implicar danos desproporcionais ou irreversíveis à própria sociedade ou ao Estado, sendo os casos também apresentados na lei. Essas ações favorecem e fortalecem a qualidade da gestão pública, aumentando a transparência do Estado e dificultando a corrupção.

O acesso à informação é o próprio viabilizador do regime democrático, se admitirmos que esse está alicerçado na participação popular informada, consciente e capaz de compreender um contexto cada vez mais plural. As palavras de Burke e Ornstein (1999, p. 307) corroboram com essa posição: "De um modo geral, se informação relevante está disponível e é compreendida, as pessoas mudam suas vidas com uma rapidez extraordinária". Na sociedade contemporânea, portanto, a informação deveria ser inserida nas discussões sobre a oferta de bens públicos, e seu provimento facilitado pelas novas tecnologias (RUEDIGER, 2003, p. 1260).

Em suma, o fluxo contínuo de informações passa a ser o vetor do processo de transformação da sociedade, de características industriais - baseada no capital e na produção de bens tangíveis - para uma sociedade do conhecimento, que tem a informação como insumo básico, potencializada pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs).

3 ARQUIVOLOGIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Situada entre as Ciências Sociais Aplicadas, a Arquivologia está entre as disciplinas científicas que pretendem estudar e propor meios para resolver problemas sociais relativos ao tratamento e acesso à informação arquivística. Dentre as questões mais latentes na atualidade está a disponibilização e acesso à informação em formatos adequados considerando a crescente demanda por informação.

Os arquivos têm consolidado o seu papel na sociedade contemporânea e vêm ampliando o seu lugar na construção da memória e da democracia, por meio da patrimonialização dos acervos documentais. Uma vez considerado patrimônio, discute-se a necessidade de possibilitar o acesso a esses documentos e informações. O acesso é compreendido não como a simples disponibilização de documentos, mas como um processo precedido por intervenções basilares da Arquivologia, como a avaliação e o tratamento documental:

A passagem do individual ou organizacional para o coletivo implica na patrimonialização dos conjuntos e em seu ingresso nas instituições arquivísticas ou em serviços arquivísticos com responsabilidade em preservar e dar acesso aos documentos arquivísticos. O deslocamento do foco das necessidades do produtor para a identificação e representação da própria sociedade não é simples; é permeado de implicações que perpassam questões centrais da Arquivologia, como a avaliação de documentos; a política de aquisição de acervos e linhas de acervo institucionais; preservação do patrimônio arquivístico e o acesso aos documentos. (OLIVEIRA, 2013, p. 327)

Como sabemos, esta nem sempre foi uma questão para os arquivistas. Na Arquivologia contemporânea, a concepção de arquivo como instituição de custódia é substituída para a de acesso. Nesse sentido, as instituições arquivísticas passam por uma mudança de paradigma "da guarda para o de co-responsáveis pela garantia de acesso às informações públicas", de acordo com as reflexões de Silva (2008), que também tangenciam a Lei de Acesso à informação (Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011):

O acesso à informação pública é um direito de cidadania garantido no Brasil, tanto na Constituição Federal como em textos legais complementares. Entretanto, a existência de fundos documentais não organizados ou sem um adequado tratamento técnico dentro dos arquivos públicos, bem como de arquivos correntes sem códigos e/ou planos de classificação e/ou tabelas de temporalidade, é uma constante na realidade da administração pública e representa um importante fator dificultador do

exercício do direito de acesso à informação pelo cidadão (SILVA, 2008, p. 14 e 15).

Então, aqui, a abordagem adotada é a da Arquivologia sob o prisma do paradigma pós-custodial. Neste paradigma a ênfase está na informação e no processo de produção documental, com o arquivista atuando em todo ciclo documental e preocupando-se mais com o acesso à informação.

Nessa perspectiva de acesso à informação, a Arquivologia tem se debruçado cada vez mais sobre a descrição documental que tem o propósito de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o seu acesso. (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 15)

A descrição arquivística consiste em um processo que envolve a criação de representações do acervo arquivístico, que explicita tanto o contexto quanto o conteúdo deste acervo. Assim, são necessárias, além de competências para interpretação de texto, determinado conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época (ANDRADE; SILVA, 2008). Nesse sentido, a análise do documento, bem como a identificação de espécies e tipos documentais, a elaboração de instrumentos de pesquisa e a criação de vocabulários controlados são atividades que contribuem para a representação da informação, bem como para dinamizar o seu acesso.

O processo descritivo contribui, também, para a reconstituição historiográfica já que a análise do conteúdo do documento a ser descrito envolve a identificação de elementos que reconstituem determinada época. Isso propicia ao arquivista conhecer e estudar o contexto histórico e cultural que envolve a documentação. Exemplo disso é o acervo documental composto pelas Atas do Conselho Universitário e da Escola Politécnica da UFBA, objeto de estudo empírico deste trabalho:

[...] As informações contidas nestes acervos demonstram práticas que foram usadas no exercício das atividades repressivas. Nos tempos atuais, servem como instrumento essencial para o fortalecimento de novas relações sociais e, conseqüentemente, para a consolidação do processo democrático. A divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades das instituições arquivísticas de guarda como o Arquivo Nacional, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos. O papel destes arquivos não se esgota apenas no conhecimento de nossa história recente. Sua dimensão é particularmente visível com o uso administrativo das informações para o cumprimento de direitos individuais e coletivos que a democracia proporciona como, por exemplo, a concessão de indenizações às vítimas da repressão ou a seus familiares. [...] Agora, faz-se necessário

transformar aquilo que foi gerado para negar direitos em instrumentos de garantia de direitos, em afirmação dos direitos humanos (SILVA, 2014, p. 15)

Os usuários querem ter acesso à uma vasta gama de informações custodiadas nos arquivos e o papel dos arquivistas, neste contexto, é o de identificar, descrever, representar, desenvolver instrumentos e facilitar a pesquisa para ampliar o uso dos documento. Assim, a descrição arquivística pode ser entendida como um processo de descortinamento dos arquivos (OLIVEIRA, 2013).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta sessão aborda os procedimentos e métodos utilizados para a análise documental realizada nas Atas do Conselho Universitário e nas Atas da Congregação da Escola Politécnica da UFBA, com vistas a fornecer subsídios à Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. O período analisado pela Comissão abrange desde o Golpe Militar de 1964 até a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Neste trabalho, a análise concentra-se nas atas produzidas entre 1964 e 1968.

A Universidade da Bahia, fundada em 1946, incorporou, ao longo da gestão do Reitor Edgard Santos, novas escolas dentre as quais estão a Escola Politécnica, de Teatro, de Belas Artes, dentre outras. Em 1965 a Universidade da Bahia foi federalizada, passando a ser chamada Universidade Federal da Bahia. Apesar da federalização na Universidade da Bahia ter ocorrido em plena ditadura, essa política não é fruto dos projetos ditatoriais: tal política pensada no final do século XIX só foi iniciada na década de 1950, com o intuito de elevar a educação de ensino superior brasileira ao padrão equivalente às universidades europeias. Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, diversas universidades no Brasil foram federalizadas. Era vastamente difundido que a federalização das universidades auxiliaria a manutenção da “produção científica e tecnológica” (VASCONCELOS, 2007, p. 17).

A Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, por sua vez, foi fundada em 12 de julho de 1896 como Instituto Politécnico da Bahia. A então Escola Politécnica da Bahia foi inaugurada em 14 de março de 1897. A Escola passou pela

administração estadual, de acordo com o decreto-lei nº 11.472, no período de 1940 à 1944. Em 1946, o decreto nº 9.737, de 24 de janeiro de 1946, federaliza a Escola Politécnica da Bahia. O decreto-lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946, incorpora a unidade de ensino à Universidade da Bahia (COSTA, 2003, p. 26).

O Arquivo Histórico da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia custodia, ao longo dos 117 anos da unidade, conjuntos documentais que possuem informações sobre o ensino e pesquisa da engenharia baiana e brasileira e, portanto, de caráter histórico.

Para delinear a trajetória da Escola Politécnica e verificar as ações de seus docentes, funcionários e alunos em relação à ordem vigente, realizou-se uma ampla pesquisa documental no acervo do Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Optou-se por analisar inicialmente a tipologia documental “atas da Congregação”, por possibilitar um resgate minucioso dos assuntos discutidos durante o período de 1964 à 1970, tomando como base as seguintes categorias de análise: 1. Docentes, funcionários e alunos suspeitos de envolvimento com partidos políticos de esquerda e 2. Docentes chamados para depor por serem acusados de crimes políticos.

Na apreciação dos dados coletados, utilizou-se como técnica a abordagem sócio- histórica, a fim de possibilitar sua inter-relação com o contexto social no qual estavam inseridos. A metodologia do trabalho foi composta por três etapas: na etapa 1 foi realizado o inventário e diagnóstico do acervo documental dos docentes da Escola Politécnica da UFBA. A etapa contemplou a identificação e descrição das atas da Congregação existentes no Arquivo Histórico da Escola Politécnica para processá-las tecnicamente. Esta etapa ainda abrangeu as seguintes atividades: pesquisa documental das atas da Congregação do período da ditadura militar (1964 à 1970); separação das atas para a etapa de higienização documental. Na etapa 2 realizou-se a higienização mecânica das referidas atas. Por fim, na etapa 3 foi realizada a análise de conteúdo das atas da Congregação, com base nos seguintes descritores: número da ata; data da reunião; pauta; página ou folha; breve descrição e destaques; assuntos e observações.

Também foram analisadas as atas do Conselho Universitário (Consuni) da UFBA. O Consuni é o órgão de deliberação máxima da Universidade e tem entre suas responsabilidades decidir quanto às políticas gerais e planos de desenvolvimento globais de ensino, pesquisa, criação, inovação e extensão da

UFBA. Por sua abrangência de ação, portanto, é um órgão cujas deliberações impactam na vida de todos os segmentos universitários.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados para análise documental das atas do Consuni, esta também foi dividida em três etapas: a primeira etapa consistiu na leitura das atas, envolvendo a análise de seu conteúdo e a identificação de elementos relacionados ao golpe militar e à ditadura militar; na segunda etapa buscou-se descrever os trechos potencialmente relevantes, identificando elementos como: assuntos, nº da ata, data da ata, página ou folha, resumo do conteúdo e fontes relacionadas; já na última etapa deu-se a elaboração de vocabulário controlado, no qual os principais assuntos tratados encontram-se representados por meio de termos controlados.

O objeto de estudo da análise documental é composto pelas Atas do Conselho Universitário que correspondem ao período de 1964 à 1968. O acervo documental pode ser caracterizado como textual, quanto ao gênero, e encontra-se datilografado, em suporte papel e em formato de livro.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se uma ficha de descrição preenchida com os elementos extraídos das atas analisadas. Esta ficha possibilitou tanto o registro e controle das informações como a sua posterior recuperação. Após a descrição documental, todo o material foi fotografado a fim de facilitar a análise interpretativa e histórica e a sua posterior disponibilização à Comissão Milton Santos de Memória e Verdade.

5 A UFBA E A DITADURA CIVIL-MILITAR

Com a federalização das universidades – referida na sessão anterior - foi possível ao governo federal intervir direta ou indiretamente nas instituições públicas, como ocorreu durante a ditadura civil-militar, na qual foram realizadas mudanças nos regimentos internos das universidades públicas brasileiras, como no ano de 1968. Apesar de não perder totalmente a autonomia, as universidades públicas viram ela ser drasticamente reduzidas ao longo da ditadura e essa perda se torna mais visível no final da década de 1960 e início de 1970 devido à criação das assessorias, que auxiliaram na vigilância exercida pelo Estado dentro das universidades.

No âmbito universitário, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) eram parte do Sistema Nacional de Informações (SNI) do regime civil militar e seus arquivos continham informações sobre os mecanismos de vigilância e repressão nas universidades durante o período:

[...] entre 1971 e 1972, as universidades públicas – e não somente as federais, haja vista a existência de órgãos congêneres em algumas universidades estaduais – criaram suas ASI ou AESI, e, com isso, o sistema de informações do regime militar passou a contar com subsidiárias no interior dos campi universitários. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada. O sistema de informações identificava, na comunidade universitária, e com razão, um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Parcela expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar (MOTTA, 2008, p. 44-45).

Hoje o acesso às informações geradas e recebidas pelas Assessorias de Segurança e Informações torna-se vital para a consagração do princípio de transparência administrativa, uma vez que permitirá o reconhecimento do direito de acesso à informação e a apuração das violações de direitos e repressões sofridas por docentes, alunos e funcionários durante o período da ditadura civil-militar (FONTES, 2014).

Muitos países da América Latina, assim como da África, foram vítimas das mais diversas ditaduras ao longo do século XX. Esses regimes se caracterizam pela repressão das liberdades individuais e deram origem a arbitrariedades, a maioria das vezes encobertas e que vêm sendo desveladas pelas comissões da verdade. Desde a década de 1970 estão sendo criadas diversas comissões da verdade nos países que passaram por regimes ditatoriais. Tais comissões possuem nomes e características distintas, contudo, todas têm um ponto em comum: apresentar às gerações a triste história do passado para que não seja esquecida e não se repita. A primeira comissão da verdade foi criada em 1974 em Uganda, com o intuito de investigar o desaparecimento de diversas pessoas durante um governo autoritário. A partir dessa experiência foram criadas comissões em diversos países do continente americano e africano.

Essas comissões costumam recolher e analisar depoimentos de vítimas, testemunhas e acusados, bem como documentos públicos e privados. Em geral, a

comissão da verdade tem por missão produzir um relatório, que deverá ser entregue ao Estado e divulgado à sociedade. Essa divulgação proporcionará também a difusão do conhecimento sobre o passado e assim contribuir para um futuro democrático. O único país, até então, em que a comissão da verdade tem função jurídica é a África do Sul.

Existem países que possuem comissões a mais de 30 anos. No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada oficialmente em 2012, pela Lei n.º 12.528. Desde então, estão sendo criadas diversas comissões para auxiliarem na investigação dos eventos ocorridos durante a ditadura civil-militar. Com esse intuito, a Universidade Federal da Bahia criou a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade, como o objetivo de localizar e analisar os documentos desta instituição, ouvir ex-alunos, funcionários e ex-funcionários, professores e ex-professores, que sofreram algum dano ou envolvimento, quando possuíam algum vínculo com a Universidade durante a ditadura civil-militar, para contar o que se passou em termos de violações dos direitos humanos e das liberdades individuais.

Dessa forma, a criação da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade se deu por meio da Resolução nº 10/2013, aprovada pelo Conselho Universitário. De acordo com a Resolução, a Comissão deve ser composta por nove membros ou ex-membros da universidade, dentre os quais docentes, discentes e técnicos-administrativos e tem, dentre os objetivos, o intuito de localizar, analisar e catalogar os documentos sob a custódia da Universidade Federal da Bahia que reflitam ações do período da ditadura, que vai desde o Golpe Militar de 1964 até a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. O desenvolvimento desse trabalho pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA tornará possível o resgate da história do período ditatorial.

6 INFORMAÇÕES EMPÍRICAS

O Brasil, assim como muitos países da América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980 viveu momentos conturbados de crises financeiras, movimentos sociais, greves, golpes de estado e intervenção norte-americana. Nesse contexto, os cidadãos perderam grande parte de seus direitos, sofreram invasões, prisões,

torturas e censuras. Contudo, muitos indivíduos não se intimidaram e, conforme suas possibilidades criaram frentes contra o regime.

Na contramão desses movimentos sociais é relevante notar a participação “de setores civis, sobretudo para a deposição do presidente João Goulart” (BRITO, 2008, p. 65). Isso significa que uma parcela considerável da população brasileira apoiou o golpe, inspirada em maior ou menor grau pelas ideias anticomunistas que estavam sendo disseminados em diversos meios de comunicação amparados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que defendia a ideia de que vivíamos rodeados por inimigos que buscam manipular as “massas” e organizar uma revolução e assim assumir o poder. É possível compreender “o tom paternalista em relação ao (jovem) estudante, até o discurso demonizador em relação aos professores (aliciadores) comunistas” (BRITO, 2008, p. 66).

Na Bahia não seria diferente. Discussões à respeito de um possível golpe também estavam estampados em todos os jornais, havendo divergência entre os que apoiavam a permanência da democracia, ou seja, a continuidade do governo de Jango; quanto favoráveis às ações das Forças Armadas. A concretude do golpe em 1964 não diminuiu as manifestações tanto contra quanto a favor.

Evidente que o apoio dado por setores importante da sociedade, a exemplo de parte da imprensa, igrejas, políticos, empresários e instituições, deram o alicerce perfeito para legitimação do novo regime. A recepção positiva dada pela Universidade da Bahia foi uma delas, mas não significa que não houvesse grupos dentro desses espaços que condenassem tanto o apoio quanto o regime. É imprescindível pontuar que o Reitor Albérico Fraga auxilia no processo da instalação do Golpe ao publicar a moção felicitando a “Revolução”¹¹⁶, apesar de ter ponderado que a Universidade não tem responsabilidade no apoio em relação aos atos políticos desta qualidade. É possível explicar o apoio dado pelo então Reitor, através do seu posicionamento político: “Albérico Fraga havia sido presidente da UDN – partido que fazia oposição ao Governo João Goulart e que apoiou o golpe civil-militar.” (BRITO, 2008, p. 81) É sabida a existência de outras razões que podem justificar a saudação da Universidade ao Golpe, contudo foge ao foco do trabalho realizar tal discussão.

¹¹⁶ Termo usado pelo militares e os seguidores, para referenciar-se à ação que finalizou a presidência de João Goulart, dando início ao um governo autoritário representado por militares.

6.1 Escola Politécnica da UFBA

Analisando as atas da congregação da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, do dia 07 de abril de 1964, foi encontrado como pauta o ato de solidariedade da Congregação com as Forças Armadas. O ato, no entanto, não encontra unanimidade, com três professores manifestando-se contra a moção. Segue, como exemplo, a declaração de um dos professores que se manifestaram contra a atitude da Congregação.

Sinto-me a vontade para expressar minha opinião e atitude política pela manutenção do regime democrático no Brasil, entretanto, não estou convencido de que na minha opinião e na minha atitude encontram-se as diretrizes dos destinos do povo brasileiro. Admito que hajam outras razões que não as minhas e não acredito que uma democracia autêntica possa ser forjada na vontade da força, mas na força da vontade e da convenção do grupo social que a adota. (Ata da Congregação da Escola Politécnica de 07/04/1964)

Notável que alguns membros da Congregação mantêm-se firmes com os seus posicionamentos políticos e ideológicos, principalmente quando analisamos os acontecimentos que ocorreram ainda antes da posse do primeiro presidente que seria o General Humberto Castelo Branco, como perseguição aos classificados inimigos do Estado, invasões às sedes tidas como subversivas, como foi o caso da redação do Jornal da Bahia, residência universitária e sindicatos, a exemplo do “dia 02 de abril de 1964, o sindicato dos funcionários da Petrobras, localizado na Praça da Piedade, foi invadido e interditado pela polícia, ao tempo que os transeuntes circulavam alheios pelo centro da cidade de Salvador”. (ARAÚJO, 2012, p. 31). Na UFBA, a violação dos direitos individuais começou na véspera do Golpe militar com a invasão da Residência Universitária do Corredor da Vitória por forças do Exército, quando todos os presentes foram presos.

Essas invasões e prisões são medidas preventivas para desarticular qualquer movimento que buscasse intervir contra à “Revolução”. Outro ponto notável é que a declaração favorável à ação das Forças Armadas não garantiria proteção aos membros da Escola. Durante a sessão do dia 27 de abril de 1964 foi relatado por um membro que um professor da Escola se encontrava detido. O mesmo questionava a falta de comunicação dos oficiais das Forças Armadas, pois, para tal professor, era

dever das Forças Armadas comunicar à Universidade, a prisão de quaisquer de seus membros, por ter feito moção de solidarização. Ao longo das próximas reuniões são demonstradas preocupações tanto do presidente quanto dos membros quanto aos desdobramentos do Golpe

Na reunião que ocorreu logo após a liberação do professor detido, o mesmo agradece aos membros da Congregação da Escola Politécnica o apoio recebido durante sua prisão e descreve a respeito de sua prisão: “Foram-lhe feitas algumas perguntas sobre subversão”, (Ata da Congregação da Escola Politécnica de 30/06/1964) e que somente foi liberado depois de terem encontrado um exemplar de sua autoria que relatava o seu afastamento do Partido Comunista, sendo ainda preciso a sua confirmação de que havia realmente se afastado do Partido.

É possível perceber na leitura das atas diversos posicionamentos políticos de seus membros em relação aos acontecimentos políticos que decorreram ao longo do sistema ditatorial. Em outubro de 1965 foi assinado o Ato institucional número 2º (AI-2) ¹¹⁷. Com esse Ato foi reaberta a temporada de perseguição aos membros de partidos políticos. Na sessão do dia 06 de dezembro de 1965, é feito um fervoroso comentário a favor da liberdade de expressão e contra o silêncio da Escola:

Reconheço que esta casa não é própria porque pode se tomar como questão política, mas como decorrência do que houve há um ano e meio atrás, declaro e julgo que tenho direito de deixar declarado o seguinte: há deveres irrecusáveis de um cidadão livre. O de manifestar o seu pensamento em defesa dos princípios que julgo fundamentais é um deles. [...] Num dos seus celebres habeas corpus, disse o grande Rei: ‘a liberdade não entra no patrimônio particular como as coisas que estão no comércio, que se dão, trocam, vendem ou compram: é um verdadeiro condomínio social; todos desfrutam sem que ninguém o possa alienar, e se o indivíduo degenerado a repudia, a comunhão vigente, a reivindica’. Eterna vigilância que compete a cada um para que todos usufruam desse bem que eleva uma sociedade humana acima de um simples formigueiro ou uma colmeia. Por pensar assim, não posso deixar de lamentar aqui e agora, a implantação de uma ditadura militar em nossa pátria. (Ata da Congregação da Escola Politécnica de 06/12/1965).

Na mesma sessão, o Sr. Presidente da Congregação adianta-se a dizer que o silêncio da diretoria aos acontecimentos não constitui o comungo das mesmas ideias; regozija, porém, pela atitude serena do atual Presidente da República. Na

¹¹⁷ No dia 27 de outubro de 1965 foi assinado o AI-2, que permitia a fundação de outros partidos políticos, mas criava pré-requisitos (como a exigência de 20 senadores e 120 deputados federais para se fundar um novo partido), o que na prática impedia a existência de mais do que duas agremiações. O AI-2 vigora até 15 de março de 1967, contudo a "Lei Orgânica dos Partidos Políticos", Lei nº 5.682 de 1971, no seu artigo 7º, vigorou até 1979.

declaração dos dois membros há posicionamentos políticos divergentes. Apesar de aparentarem posicionamentos distintos, a relação dos membros da Congregação é muito mais complexa, transpassa as barreiras das diferenças em pontos políticos, havendo, em certa medida, uma proteção entre eles. Na sessão do dia 23 de junho de 1966, um professor membro da Congregação comunica que um professor da casa havia sido convocado para depor em um inquérito militar em Juiz de Fora. O presidente informou que teve conhecimento apenas pelo que lhe disse o referido professor em caráter particular. Nada foi feito oficialmente, mas foi fornecido ao professor um documento em que atesta nada ter que desabone sua conduta após seu ingresso na Universidade. O documento oferecido ao referido professor, em seu teor e na circunstância oferecida, é marcado pelo interesse em proteger professores da casa das ações militares.

O ano de 1966 foi marcado por intensas ações do movimento estudantil em quase todo o país. Em Salvador, tal movimento ganha um incremento maior principalmente depois da censura da peça *Aventuras e desventuras de um estudante*, do aluno Carlos Sarno do Colégio Estadual da Bahia – Central. Tal obra fazia uma crítica “ao sistema educacional brasileiro também é direcionada aos modelos pedagógicos utilizados por alguns professores, muito mais preocupados em informar ‘a todos o que presta’, do que formar, ou seja, educar para o exercício da cidadania” (BENEVIDES, 2009, p. 120). A questão ganhou repercussão e o mesmo foi expulso da rede pública de ensino pelo então governador Lomanto Júnior. Iniciando vários protestos, promovidos por estudantes do ensino secundarista e universitário, contra as agressões do Estado “lutando pelos seus direitos e por maior liberdade, os estudantes na Bahia (e no Brasil) entraram em choque com o Governo Militar” (ZACHARIADLHES, 2012, p. 78).

Apesar da participação dos estudantes da UFBA nas manifestações desse período, não foi encontrado nenhuma informação nas reuniões subsequentes da Congregação. Houve somente uma reclamação de um professor em respeito à intensa vigilância que estava ocorrendo com relação aos professores. Há, dessa forma, um silenciamento da Congregação à respeito dos acontecimentos que envolviam os alunos da casa. É importante frisar que nessas reuniões havia representantes estudantis, que ainda possuíam direito de voz e voto.

A crise no cenário estudantil segue nos anos seguintes, com menor ou maior organização. Nesse período muitos alunos foram perseguidos, presos, torturados,

feridos em manifestos, alguns fugiram e outros foram proibidos de se matricular. Todos esses fatos passaram sem ao menos serem citados nas poucas reuniões que ocorrem entre o ano de 1966 e 1967. O ápice do movimento estudantil ocorreu no ano de 1968, com intensas manifestações organizadas em boa parte do mundo. Nesse ano, enfim, há o primeiro registro em ata sobre as movimentações estudantis, feito pelo representante estudantil. O estudante faz um comentário sobre o falecimento do estudante Edson Luiz Lima Santos, que ocorreu no restaurante do calabouço, na Guanabara. O interessante é que não somente o representante estudantil presta homenagem ao estudante Edson Luiz, mas os professores manifestam sua solidariedade redigindo uma moção que foi aprovada por unanimidade:

1) A congregação da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, profundamente sensibilizada, uni-se ao luto da juventude brasileira pelo assassinato do estudante Edson Luiz de Lima Santos e proclama o seu repúdio a toda violência; 2) A congregação da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia tendo em vista o prejuízo para o ensino, ergue o seu protesto contra o carácter discriminatório do Decreto nº 62316, que determina contenção de despesas, flagrantemente injusto para com o setor de educação.

Esse posicionamento do mesmo representante estudantil repete-se na reunião do dia 23 de setembro de 1968, quando em uma manifestação de agosto um estudante da casa é baleado e encontra-se ainda no hospital em estado grave. Contudo, nas reuniões subsequentes não é feito mais nenhum comentário sobre o mesmo estudante baleado, ou de qualquer outro incidente que tenha ocorrido com os alunos da casa.

A despeito do conhecimento de diversos casos de alunos que foram impedidos de se matricular, não foi encontrado nenhum registro nas Atas da Congregação da Escola Politécnica, havendo somente uma discussão sobre a participação do representante do diretório acadêmico, com direito de voz e voto, nas reuniões da Congregação, sendo decidido que os antigos direitos iriam permanecer.

Com o intuito de ampliar a vigilância dentro das Universidades foram criadas as ASI ou AESI (Assessorias Especiais de Segurança e Informações), no início da década de 1970: “as ASI eram parte do sistema de informação do regime militar, que começou a ser organizado em junho de 1964” (MOTTA, 2008, p. 44). A agência foi responsável por maior parte das expulsões desse período, tanto de alunos quando

de professores e funcionários, dentro das universidades. Dessa forma, tais agências serviam para evitar que pensamentos ditos subversivos fossem cultivados nos espaços acadêmicos e para que seus difusores fossem devidamente punidos. Apesar da importância da ASI na Universidade, não foram encontrados registros sobre a instalação da Agência nas sessões da Congregação.

Analisando a Ata da Congregação da Politécnica, entre os anos de 1964 à 1970, foi observado que a Escola se posicionou de forma dúbia diante da ditadura, conforme o tempo, o fato e o espaço, sendo impróprio afirmar que, devido ao ato de solidarização proposto pela Escola, todos comungavam do mesmo entendimento. Outro ponto importante a salientar é que, ao longo do governo ditatorial, houve perda gradativa da autonomia da Universidade, fortificada com a atuação da ASI. Dessa maneira fica fácil compreender o silêncio que permeia às reuniões da Congregação.

6.2 Conselho Universitário da UFBA

Nas Atas do Conselho Universitário foi possível identificar elementos históricos que remontam à ocorrência de movimentos estudantis, prisão de estudantes, revoltas e atos de desrespeito aos direitos humanos, bem como problemas de orçamento na Universidade, o que denota o quanto a instituição em sua totalidade foi afetada pelo golpe e pela ditadura militar.

Os dias que antecedem o golpe militar são de agitação na Universidade: para a aula inaugural de 1964 foi convidado o banqueiro Clemente Mariani, expoente da elite econômico-financeira da Bahia e vinculado à União Democrática Nacional (UDN), um partido de extrema direita considerando-se o contexto político-ideológico da época. Ocorre que os estudantes e suas lideranças, em sua grande maioria, situavam-se no extremo oposto ideológico. No início da noite do dia 02 de março, data da aula inaugural, os estudantes saem em passeata da Praça da Sé até a Reitoria com o intuito de impedir a aula. Assim, estudantes e Polícia Militar, que acompanhava a passeata, invadem o Salão Nobre da Reitoria e faz-se a confusão. No dia 05 de março, o Consuni se reúne para deliberar sobre o ocorrido, como pode ser ilustrado na fala do Reitor Albérico Fraga:

Como os Srs. Conselheiros sabem convoquei esta reunião, hoje, com o objetivo de tomarmos conhecimentos dos tristes e lamentáveis acontecimentos da noite do dia 2 de março do corrente. Não é preciso fazer o relato desses acontecimentos, que são do domínio público como também do conhecimento pessoal da quase totalidade, senão da totalidade, dos Srs. Conselheiros, que estavam presentes à aula inaugural e assistiram o espetáculo do qual a Universidade foi teatro. Resta-nos, portanto, tomar conhecimento das medidas que devem ser adotadas. (Ata do Conselho Universitário, 05/03/1964)

A análise deixa transparecer a preocupação do Reitor com a relação com o então governador da Bahia, Antônio Lomanto Júnior, presente à aula inaugural, e tendo em vista o momento nacional vivido. Assim, decide-se a nomeação de uma comissão incumbida de fazer uma visita de cordialidade ao governador do Estado “expressando a confiança da Universidade sobre a ajuda de S. Exa. no sentido de que, iniciada as atividades universitárias, a ordem será mantida” (Ata do Conselho Universitário, 02/03/1964). Sobre a instituição dessa comissão, o Conselheiro Alceu Hiltner declara:

Pedi a palavra para a declaração de voto para dizer que votei favoravelmente porque acho que, realmente, o clima, no momento, deve ser de compreensão entre as autoridades do Estado, o Governo e a Universidade. Mas, de fato, não vejo motivo maior para que neste instante, fôsse feita esta comissão. O voto em contrário poderia parecer que eu estava me opondo a esta comissão. (Ata do Conselho Universitário, 02/03/1964)

Estes eventos indicam que, mesmo antes da instauração da ditadura em 01 de abril de 1964, já estavam presentes no imbróglio, movimentos estudantis, políticos e interesses de classe. Neste primeiro momento, a atitude dos representantes da Universidade demonstrava a preocupação em manter-se em clima de paz com os governantes.

Um mês após a tomada do poder pelos militares, na ata do dia 06 de maio de 1964 consta um comentário do Reitor Albérico em relação ao discurso do prof. Clemente Mariani. De acordo com o próprio Reitor, “o Prof. Clemente Mariani encarece a urgência na publicação do seu discurso que, segundo êle, é um documento que revela que nós da Universidade não estávamos de acôrdo com a baderna que instalara no país e que, graças a Deus, sanou desde o dia 1º de abril” (Ata do Conselho Universitário, 06/05/1964). Entende-se desta forma que a tranquilidade só volta a ser instaurada no país exatamente quando se tem início a tomada do poder governamental pelos militares. Este consiste em mais um possível

relato que ajuda a compreender a presença de determinados atores universitários, não só na Bahia, mas em outros estados, como apoiadores do movimento:

A propósito, quero comunicar ao Conselho que vai ser distribuída hoje a aula inaugural não proferida pelo Prof. Clemente Mariani. Recebi do Prof. Clemente Mariani, de Los Angeles, uma carta em que êle se congratulava com a Universidade pelo advento da nova ordem republicana e salientava que embora estivesse ausente, estava porém atuando nas atividades revolucionárias através de dois filhos e dois genros quem no Palácio Guanabara, estiveram todo tempo ao lado do governador Carlos Lacerda. (Ata do Conselho Universitário, 06/05/1964)

Esclarece-se, portanto, a ligação existente entre personalidades como Clemente Mariani e Carlos Lacerda com o movimento militar, como relatado em ata. Percebe-se ainda que Reitor Albérico compartilha da mesma ideia do prof. Clemente Mariani, visto que como resposta a tal discurso, ele comenta com os membros do Conselho Universitário que enviou um telegrama parabenizando a participação dos familiares de Mariani nas atividades revolucionárias. Relata o Reitor: “enviei ontem um telegrama ao Prof. Clemente Mariani [...] mandando também congratulações pela atuação dos seus familiares nas atividades revolucionárias”. (Ata do Conselho Universitário, 06/05/1964)

Ressalta-se que, mesmo inicialmente apoiando as práticas militares, sabe-se que anos depois, Carlos Lacerda opõe-se ao movimento ditatorial e passa a ser apresentado como um inimigo político dos governantes. Tendo em vista os conflitos existentes entre as partes, em 1968, Carlos Lacerda que outrora fora Governador do Estado de Guanabara, torna-se um preso político e, ao ser libertado, tem os seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Termos como “ordem republicana” e “democracia” são utilizados em alguns relatos após o Golpe, refletindo o sentimento em relação ao momento vivido. A eleição do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em abril de 1964, e a preocupação dos membros do Conselho Universitário em prestigiá-lo com o título “Honoris Causa” reforça que o início da ditadura militar foi reconhecido pelo Consuni como um importante avanço democrático para a sociedade brasileira. Foram vários os fatores que culminaram no consentimento do título para o então presidente do Brasil, Marechal Castelo Branco.

No entanto, no dia do recebimento do título na Reitoria da Universidade, percebe-se que existe um temor por parte do Reitor Miguel Calmon e dos

conselheiros. Escolhe-se um dia no qual não havia aula na Universidade, evitando, desta forma, que ocorressem manifestações contra o evento. Esta decisão reflete que, quatro meses após a instauração da ditadura, ainda estava latente em parte da sociedade, em especial nos universitários, a condenação às práticas exercidas pelo governo militar.

Em conformidade com o que foi analisado nas atas da congregação da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, percebe-se a existência de atos de solidariedade do Conselho Universitário em relação às Forças Armadas. Também é possível perceber a interferência direta que o governo federal passa a ter no meio universitário a partir do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, que suspendia as garantias de vitaliciedade e estabilidade dos servidores por seis meses. Solicitações como retiradas de funcionários envolvidos com quaisquer movimentos comunistas foram prontamente atendidos, como pode ser observado abaixo:

O que, neste instante, gostaria de comunicar ao Conselho é que as Fôrças Armadas que assumiram o comando da situação, até que se regularize, do ponto de vista constitucional e legal, e integral funcionamento dos podêres, estão no propósito, propósito que foi manifestado, reiteradamente pelo Sr. Comandante da Região, de não permitirem a permanência de comunistas notórios, fichados, conhecidos, em postos de direção e da administração de qualquer setor da vida brasileira, inclusive, é claro, no setor universitário. (Ata do Conselho Universitário, 09/04/1964)

As demissões de funcionários declarados comunistas e promotores de movimentos revolucionários contra o Golpe tornaram-se, a partir desta solicitação, uma prática condizente com o momento vivido. Baseado nessa solicitação, o Reitor Albérico Fraga declara em ata que comete seu primeiro ato arbitrário dentro da universidade contra o então comunista Isidório Bispo, responsável pela articulação de movimentos:

Devo comunicar ao Conselho que pratiquei, e o fiz com abundância de coração, o primeiro ato arbitrário como reitor da Universidade, que foi a demissão pura e simples do famoso comunista Isidório Bispo de Oliveira, que todos os Diretores conhecem porque passou de Faculdade em Faculdade e os Srs. Diretores me pediam por tudo que tirassem êsse indivíduo de suas Faculdades. (Ata do Conselho Universitário, 09/04/1964)

Por meio deste e de outros depoimentos de alguns membros do Consuni se percebe a posição da Universidade Federal da Bahia frente aos acontecimentos ocorridos no período e que “a incorporação do papel de polícia por setores

universitários está em sintonia com a noção da presença de infiltração comunista na universidade. Isto propicia uma devassa que atinge não somente estudantes mas também professores e funcionários” (FREITAS, 2003, p. 38)

Existe também a preocupação por parte de alguns membros do Consuni em evitar que estudantes da Universidade entrem em conflitos com as Forças Armadas ou participem de movimentos contra a instauração da ditadura, como se observa nas palavras do Reitor Albérico Fraga: “dando, ontem, a minha primeira aula, depois desses acontecimentos, tive a oportunidade de fazer um apêlo aos meus alunos no sentido de que fossem evitados atritos, de que fôssem evitados choques” (Ata do Conselho Universitário, 09/04/1964). Mas, esse apelo por parte de alguns conselheiros, contrário aos movimentos estudantis, ocorre principalmente devido à necessidade de se evitar conflitos com os novos governantes, além de implicitamente demonstrar o apoio ao Golpe de 1964.

Além do funcionário Isidório Bispo, outro comunista vítima do Golpe, foi o Prof. Nelson Pires que condenava a prática ora exercida. Nas atas constam os relatos de sua participação em movimentos estudantis e é duramente criticado pelos membros conselheiros. Foram inúmeras as acusações recebidas pelo Prof. Nelson Pires. Sabendo do momento crítico pelo qual estava passando, Nelson Pires pôs-se a se ausentar da Universidade, temendo ser punido e percebe-se o uso de diferentes formas para fugir da repressão vivida à época. Consta o seguinte relato em ata:

O prof. Nelson Pires tem usado de uma série de expedientes para burlar a punição que vai sofrer. Mandou um ofício pelo correio ao Prof. Carlos Geraldo dizendo que ia entrar em licença prêmio. Em seguida dirigiu uma representação à Ordem dos Advogados na qual fez uma catilinária contra a Universidade e mandando uma procuração ao dr. Brachisio Lisboa para que a Ordem o defenda das acusações que lhe são feitas e que ele não se apresenta porque não pode ser prêso porque fica doente. (Ata do Conselho Universitário, 06/05/1964)

A despeito do apoio que a Universidade dá ao regime militar, já na reunião do Consuni de 13 de maio de 1964, faz-se perceber os primeiros indícios de perda de autonomia universitária, quando os diretores das unidades reclamam do controle da emissão de passagens aéreas pela Reitoria e o reitor explica que essa é uma ordem do governo federal.

Em todas as reuniões seguintes no ano de 1964 estarão presentes relatos de prisões, desaparecimentos e ausências de funcionários e professores, mas principalmente de alunos. Uma das primeiras ações jurídicas do regime militar incide justamente na extinção do órgão articulador dos estudantes, a UNE. Há uma menção muito rápida na reunião do Consuni de 06 de agosto de 1964, mas suficiente para perceber que não houve oposição da Universidade:

Os senhores diretores devem ter recebido o ofício de uma reunião, no dia 17, no Rio de Janeiro. Recebi um telegrama por ordem do Sr. Ministro da Educação para uma convocação de Reitores e Diretores de Escolas interessados no problema do Decreto que ele pretende baixar a respeito da extinção da UNE e da sua substituição por outro órgão.

Nos meses seguintes, a prisões avolumam-se. De acordo com o Reitor, “o prof. Walmon Barreto [...] está também detido”. Tem-se ainda a incomunicabilidade rigorosa com o prof. Milton Santos e do prof. Gerson Mascarenhas. O Reitor ainda comenta a prisão de cerca de 15 estudantes militantes.

Os registros em ata de 1965 são mais reticentes: um professor é despedido por divergir das opiniões do diretor da Unidade e leva a questão ao Conselho Universitário, lembrando que “Afim de contas, não estamos numa ditadura. O Marechal Castelo Branco diz isso toda hora: ‘Não será implantada uma ditadura no Brasil’” Parece que o conselheiro Queiroz Muniz, autor da frase, de fato acreditava, em janeiro de 1965, que os militares restabeleceriam a democracia. As atas seguintes dão conta de prisões e manifestações estudantis, mas supostamente por motivos alheios as questões políticas.

Em 1966, no entanto, a UFBA – e percebe-se pelos depoimentos do Reitor, que todas as universidades federais – são seriamente abaladas por cortes orçamentários severos, a partir dos quais o Consuni discute a perda de autonomia da Universidade perante o governo federal:

Não quero justificar, mas eles têm um conceito de que as Universidades deveriam viver como repartições públicas, dentro do Orçamento, não deveriam ter esses recursos [recursos próprios]. Esse é o conceito burocrático que o Ministério tem a respeito das universidades. Não há razão para a universidade ser privilegiada a ponto de ter patrimônio próprio e gerir esse patrimônio, ela deve viver como repartição pública. É um conceito que contradiz a própria definição de autonomia da Universidade. (Depoimento do Reitor Miguel Calmon, na Ata do Conselho Universitário, 02/06/1966)

Observa-se que o apoio amplo e irrestrito que o regime militar parecia ter no início começa a mostrar fragilidades dentro do Consuni:

Quero que Vossa Magnificência sinta a minha revolta, porque, afinal de contas, saímos de um regime que houve o que houve. Ve, agora o Marechal Castelo Branco e os escalões inferiores do seu Governo o estão colocando numa situação de antipatia. Estou ficando revoltado em ver a Universidade sem dinheiro. (Depoimento de Queiroz Muniz na Ata do Conselho Universitário, 02/06/1966).

A mais de seis meses sem receber recursos para honrar os compromissos, os conselheiros começam a se mostrar revoltosos com a situação. Em 1966, também se encontra uma manifestação do presidente do Diretório Central dos Estudantes quanto à prisão de quatro alunos por afixarem cartazes sobre uma reunião da UNE. Apesar do pedido de intervenção do presidente do DCE, o reitor encerra o assunto após uma breve discussão entre os conselheiros, sem manifestar-se. Há situações também em que a revolta estudantil volta-se contra membros do próprio Consuni, como no caso relatado em ata de 30 de setembro de 1966 por Magalhães Neto, em que seu carro foi alvo de uma tentativa de incêndio, com pneus furados e esvaziados, além de pintado com a inscrição “Abaixo a ditadura”.

Em 1967, o presidente Marechal Castelo Branco é citado novamente devido a sua trágica morte, que é lamentada pelo então Reitor Roberto Santos. O reitor declara ainda que ele “no exercício da Presidência da República honrou S. Exa. esta casa aqui comparecendo em memorável sessão para receber das mãos do Magnífico Reitor Miguel Calmon o título de Doutor Honoris Causa da Universidade” (Ata do Conselho Universitário, 27/07/1967).

Nas demais atas de 1967 e 1968 percebe-se um silenciamento de questões relativas ao governo federal. Isso não ocorre por acaso: com o recrudescimento e controle implantados pelo regime, as atas tornar-se-iam verdadeiras armas contra os próprios conselheiros.

Em 13 de dezembro de 1968 é promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Tal decreto permitia o fechamento do Congresso, suspendia por dez anos direitos políticos de qualquer cidadão, cassava mandatos, além de fornecer condições favoráveis para a criação do Decreto-lei nº 898/1969, que reafirma a censura prévia aos cinemas, músicas, imprensa, rádio, televisão, teatro e outros. O ano de 1968 também foi marcado pela reforma universitária, com a Lei nº 5540:

A Lei extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, consolidou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu periodicidade semestral (LIRA, 2012, p. 1).

A situação dentro do universo universitário complicou-se muito mais depois da emissão do Decreto nº 477, em fevereiro de 1969, pois “esse decreto punia estudantes e professores que se envolvessem em manifestações de caráter político-partidário” (BRITO, 2008, p. 180). Dessa forma, visava anular a atuação dos movimentos estudantis que estavam em crescimento desde 1966.

CONCLUSÕES

Diante de todo o processo histórico ditatorial pelo qual passou o Brasil e a Universidade Federal da Bahia por mais de duas décadas, a criação da Comissão da Verdade surge como meio para apresentar à sociedade o papel, o envolvimento e a repercussão na UFBA durante um período que, embora taxado como revolucionário, colaborou com inúmeras violações à vida e à liberdade do sujeito.

Apesar de a UFBA ter sido palco de intensos debates, manifestações e desenlaces provocados pelo regime militar, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita a respeito. A documentação está dispersa em órgãos, unidades e setores administrativos. Neste *paper* trabalhou-se com uma pequena amostra, representada pelas atas de Congregação da Escola Politécnica e do Conselho Universitário - este no período de 1964 a 1968 – e já foi possível vislumbrar a riqueza de informações que a documentação comporta, uma vez aplicados os métodos arquivísticos. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do trabalho, com infraestrutura e profissionais qualificados para que se expanda o rol de documentação analisada e, com isso, o conhecimento sobre o período ditatorial na UFBA.

Este trabalho também demonstra a contribuição que a Arquivologia, consubstanciada em seus métodos, pode dar ao acesso à informação e, por consequência, à consolidação da democracia. Na medida em que se organiza e traz à tona a documentação, esclarece-se o passado e garante-se a verdade. Na UFBA,

a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade tem se apoiado fortemente em documentos e depoimentos para atingir seus objetivos. Para tanto, encontrou em equipes de arquivistas o apoio imprescindível para resgatar, organizar e analisar a documentação existente.

A análise parcial propiciada pela documentação analisada no âmbito deste trabalho revelam uma Congregação (da Escola Politécnica) e o Consuni servis e temerosos no início do governo militar. Por outro lado, fica clara que esta não era uma posição unânime na Universidade: em várias reuniões são registradas falas destoantes. Mais que isso, as atas são fartas em registros de um movimento estudantil atuante e militante, suscitando, não raras vezes, preocupações do Consuni e da Congregação em como “acalmar os ânimos dos moços” para não despertar a fúria dos militares contra à Universidade.

No decorrer do processo, começam a surgir vozes contra a perda da autonomia universitária e contra o crescente controle que se implanta dentro da Universidade. Se nos últimos anos das atas analisadas percebe-se a ausência de registro de discussões políticas, isso não significa a retirada de cena dos atores ou o esfriamento das tensões. Pelo contrário, os atos institucionais que pretendiam calar, só fizeram a resistência crescer, e a própria ausência de registros e informações pode ter sido uma forma de proteger alunos, professores e funcionários que, sob risco de cassação de matrícula, perda de emprego, prisão, tortura e morte, lutaram pelo retorno da democracia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo. SILVA, Ribeiro. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio./ago 1999.

ARAÚJO, Lauana Vilaronga Cunha de. **Lia Robatto e o Grupo experimental de Dança: estratégias poéticas em tempos de ditadura**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*/ Grimaldo Carneiro Zachariadhes (organizador); Alex de Souza Ivo... et al. Salvador: EDUFBA, 2009. V.1.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm >. Acesso em: 01/05/13.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a Resistência à ditadura militar (1964-1968)**/ Antonio Mauricio Freitas Brita, Orientador Muniz Ferreira, Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, 2008.

BURKE, James; ORNSTEIN, Robert. **O presente do fazedor de machados: os dois gumes da história da cultura humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Cria a Comissão “Milton Santos” de Memória e Verdade da Universidade Federal da Bahia e dispõe sobre o seu funcionamento. Resolução nº 10 de 25 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2010.2013.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2014.

COSTA, Caiuby Alves da. **105 anos da Escola Politécnica da UFBA**. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2003, 282 p.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira** – 2ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRADE, Marco Antônio Fernandes. Mídia e cidadania. **Revista Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.12, n.1, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1210201.pdf>>. Acesso em: 25 julho 2004.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. Anais do XV encontro Regional de História da ANPUH-RIO, I, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.43-66, jul./dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/85>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges. **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas do século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governança democrática na era da informação. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 6, p. 1257-1280, nov./dez. 2003

SILVA, Jaime Antunes da. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.13-28, jul./dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/83>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **Federalização do Ensino Superior no Brasil**/ Isamara Martins Vasconcelos, Orientadora Maria Francisca Pinheiro, dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília – Brasília, 2007.

ZACHARIADLHES, Grimaldo Carneiro. *Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar – Atuação do CEAS*. Salvador: EDUFBA, 2010.